

ROBERTO CAMPOS (1917/2001)



Roberto Campos ocupou uma posição de grande destaque no debate que correspondeu ao cerne do processo de modernização econômica, vivido pelo país no último pós-guerra. Tendo lhe cabido implantar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, como era designado na época), cuja criação seria recomendada pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos (1951/1953), superintendeu os projetos iniciais relacionados à infra-estrutura e, logo adiante, aos que compunham o Programa de Metas. Com o decorrer dos anos, graças às posições que viria a ocupar em sucessivos governos --e mesmo depois--, tornar-se-ia ponto de referência no combate ao modelo autárquico que se pretendia construir. Paralelamente, publicou obras marcantes.

Nasceu na capital do estado de Mato Grosso (Cuiabá), a 17 de abril de 1917, tendo freqüentado seminários, nos quais adquiriu sólida cultura filosófica e teológica, o que lhe permitiu realizar com sucesso concurso para ingresso na carreira diplomática, o que ocorreria em março de 1939, aos 22 anos de idade. Seu primeiro posto no exterior seria na seção comercial da embaixada em Washington, em 1942, o que lhe deu oportunidade de concluir o curso de economia na Universidade George Washington, ali localizada.

Campos integrou a delegação brasileira à Conferência de Breton Woods, em meados de 1944, que daria nascedouro às instituições financeiras de caráter mundial existentes desde então (FMI, BIRD, etc.) Em seguida seria transferido para as Nações Unidas, em Nova York, posto no qual serviu de 1947 a 1949. Aproveitou a circunstância para pós-graduar-se em economia pela Universidade de Colúmbia. Em fins de 1949 passou ao serviço da Chancelaria, atuando sempre nas negociações de natureza econômica.

Fez parte do grupo de conselheiros técnicos que participaram dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, tendo atuação destacada na elaboração do projeto que daria nascedouro ao BNDE. Devido a isto, seria incumbido de sua implantação, quando da criação, efetivada em junho de 1952.

Regressou à carreira diplomática em meados de 1953, sendo designado cônsul do Brasil em Los Angeles, Estados Unidos. Como das vezes anteriores, esteve presente nas negociações comerciais que o país entretinha com outras nações, inclusive nos entendimentos iniciais que deram origem ao GATT, em 1954, de que acabariam resultando a estruturação, nos marcos das Nações Unidas, da OMC.

Campos voltaria ao BNDE em março de 1955, ano em que tiveram lugar as eleições presidenciais de que resultou a escolha

de Juscelino Kubitscheck. Antes de tomar posse, em janeiro de 1956, o Presidente eleito criou uma comissão de técnicos, da qual participava Roberto Campos. Essa comissão daria origem ao Programa de Metas, iniciativa que iria proporcionar continuidade aos projetos concebidos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Campos teve ativa participação nesse empreendimento --tornado marco da Revolução Industrial que se completaria mais tarde--, primeiro como Superintendente e depois como Presidente do BNDE. Nesse ciclo veria, em definitivo, o seu nome associado à estabilidade monetária, exigente de rigoroso combate à inflação e controle do gasto público, bem como à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico nacional. De modo crescente, esse conjunto de teses foi assumido por expressivo segmento da opinião nacional.

No bojo da campanha que deu origem à criação da Petrobrás como empresa estatal, ao contrário das previsões iniciais, ocorreu no país crescente polarização. De um lado os nacionalistas e, de outro, os “entreguistas”, como pejorativamente eram designados os partidários da racionalidade econômica. Desde a segunda metade da década de cinquenta, Campos passa a simbolizar este segundo grupo. Ao mesmo tempo, tendo sido designado embaixador brasileiro em Washington, de 1961 a 1964, período dos mais perturbados da vida nacional, tornar-se-ia patente tratar-se da pessoa credenciada para representar o Brasil nas negociações com as entidades financeiras internacionais.

Com o movimento militar de 64, é convidado para ocupar a pasta do Planejamento no governo Castelo Branco. Juntamente com o professor Otávio Gouveia de Bulhões (1906/1990) concebeu e implantou as reformas que iriam assegurar a efetivação dos investimentos --amplamente apoiados em financiamentos externos--de que resultou a complementação de nossa Revolução Industrial.

Ainda no ciclo dos governos militares, de volta à carreira diplomática, ocuparia o posto de Embaixador na Inglaterra, cargo em que ficou de 1974 a 1982.

Com o fim do bipartidarismo, Roberto Campos dispõe-se a disputar uma eleição. Candidata-se a senador pelo estado de Mato Grosso pelo Partido Democrático Social (PDS), em que se transformara a agremiação governista.

Até o falecimento, em 2001, aos 84 anos de idade, continuou como uma presença marcante no mundo político e cultural brasileiro, notadamente pela magnitude da obra publicada. Correspondendo esta a uma das mais acabadas expressões do conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo, procuraremos, a seguir, caracterizá-lo brevemente.

Como assinalou Gilberto Paim, que teria oportunidade de estudar-lhe o pensamento, completou “quatro décadas de debate de problemas brasileiros, assinalando a conquista para seu ideário de substanciais parcelas da opinião pública nacional.” É autor de

extensa bibliografia, que de certa forma se coroa com a obra autobiográfica *A lanterna na popa*, livro que se tornaria *best-seller*.

Pode-se dizer que Roberto Campos singulariza-se entre nossos conservadores liberais por entender que não cabe nenhuma opção radical entre Keynes e Hayek, desde que ambos atuaram (com sucesso) em consonância com a temática de seu tempo. “Sob minha ótica -- escreve num dos ensaios incluídos na *Antologia do Bom Senso* (1996) -- Lord Keynes e Freidrich Von Hayek foram os maiores economistas deste século. ... Quando Keynes chegou a Bretton Woods (1944; conferência que criou o Banco Mundial e estabeleceu o Fundo Monetário Internacional) já era uma lenda internacional. Tinha escrito seu livro clássico, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, que racionalizou a intervenção governamental para manipular a demanda agregada, com vistas a curar recessões e garantir o nível de emprego. Mas tinha também se notabilizado como profeta”. Tem presente, entre outras coisas, que fora uma voz isolada ao vaticinar que o Tratado de Versalhes -- impondo “encargos inviáveis e humilhantes reparações de guerra” -- geraria “frustração econômica e sede de vingança política, que arruinariam a estabilidade européia. Hitler provaria mais tarde que Keynes tinha razão”.

Ainda assim, para Roberto Campos, a figura intelectualmente mais majestosa do pós-guerra seria Hayek. Escreve, num outro ensaio inserido no mesmo livro: “Hayek tornou-se inicialmente famoso pela coragem com que defendeu as teses de Von Mises contra Barone e Lange, sobre a impossibilidade do cálculo econômico nos regimes socialistas. Atualmente, depois da pirotécnica implosão dos regimes do Leste Europeu, e da brusca desintegração da ex-União Soviética, as idéias pelas quais se bateu Hayek tomaram-se senso comum (exceto entre ideólogos de países periféricos)”. *O caminho da servidão* (1944) parece-lhe consistir na obra máxima desse autor. Ao que acrescenta: “Foi o homem de idéias que mais bravamente lutou, ao longo de duas gerações atormentadas, pela liberdade do indivíduo contra todas as modas totalitárias, do socialismo soviético ao nazismo. E contra outras formas de opressão resultantes da superposição do Estado burocrático à pessoa humana, a pretexto de interesses sociais que ele próprio, o Estado, reserva para si o poder de determinar”.

Prosseguindo no confronto entre as duas personalidades escreveria: “Lendo em Londres o livro *O caminho da servidão*, Keynes escreveu a Hayek que se sentia “comovido”, mais do que isso, “profundamente comovido” com as advertências de Hayek sobre os perigos do dirigismo econômico para a liberdade política. Mais tarde, faria ele próprio uma advertência contra o intervencionismo.. “Não é função do governo”, dizia ele, “fazer um pouco melhor ou um pouco pior o que a iniciativa privada pode fazer. E só fazer o que ninguém mais pode fazer.” Donde se conclui que se vivesse mais, ao reconhecer que o problema do pós-guerra não seria a recessão, que ele combateu no entre guerras e sim a inflação, Keynes não seria mais um keinesiano.” Vale a pena insistir nesse aspecto porquanto uma parte dos conservadores liberais, entre nós, sobretudo aqueles vinculados ao Instituto Liberal, atribuem diretamente a Keynes a estatização da economia européia efetivada pelos socialistas no pós-guerra. Henri Lepage, que se inclui certamente entre os grandes pensadores franceses da atualidade, tem chamado a atenção de que a superação do keinesianismo resulta, entre outras coisas, do sucesso que teve em contribuir para a preservação das instituições do sistema representativo, em países tão importantes como a Inglaterra e os Estados Unidos, justamente o que permitiu fosse eliminada a ameaça nazi-fascista.

A problemática econômica alterou-se substancialmente nas décadas de setenta e oitenta, o que exigiu a formulação de novas orientações. Isto significa simplesmente que o liberalismo econômico exige adaptações relativamente freqüentes, embora a referência

aos balizamentos de Adam Smith sempre estejam presentes. Ao contrário do sistema representativo, que se traçou uma linha de aprofundamento a bem dizer perene, do mesmo modo que a defesa do pluralismo no plano cultural.

O defeito dos adeptos brasileiros da Escola Austríaca -- defeito em que não incide Roberto Campos -- consiste precisamente em desconhecer que a vida social não se resume às atividades econômicas, revestido-se de idêntica magnitude tanto a vida política como a cultural, todas elas exigentes de especificidade.

Roberto Campos é sem dúvida uma figura central na formulação do projeto modernizador brasileiro. Aqui também observa-se significativa singularidade nas suas postulações. Reconhece de pronto, fazendo causa comum com os estudiosos do patrimonialismo brasileiro, que “o capitalismo nunca existiu no Brasil. Como dizia Oliveira Viana, somos um país pré-capitalista e até mesmo anti-capitalista. Isto se traduz em nossa notória incompreensão da função do “lucro” e da concorrência. Somos uma sociedade patrimonialista. O patrimonialismo não é mais que a forma ibérica do mercantilismo europeu do começo da Idade Moderna, isto é, o mercantilismo piorado pela influência cultural da Contra-Reforma, dos confiscos da Inquisição e dos resquícios do despotismo árabe”.

No entendimento das eventuais saídas do patrimonialismo têm sido aventadas sobretudo duas alternativas. A primeira consistiria em lograr a implementação de um projeto educacional, centrado na educação fundamental, devotada à educação para a cidadania. Seria este um projeto de longo prazo, sobretudo pelas dificuldades em iniciá-lo desde que praticamente não se tem avançado no sentido de dar ao ensino fundamental uma atribuição própria, capaz de desatrelá-lo do modelo que leva ao vestibular, afinal de contas a única coisa que tem funcionado no sistema educacional compreendido pelo primeiro e segundo graus.

A outra alternativa resultaria do fenômeno da expansão das religiões evangélicas. Os estudiosos da circunstância têm enfatizado que, a exemplo do que ocorreu em outras partes do mundo, levar-nos-á ao capitalismo. As divergências referem-se a prazos. Todos reconhecem que a adesão ao protestantismo torna aqueles que o fazem mais resistentes às condições impostas pela pobreza. Antes de mais nada, passam a cumprir suas obrigações no trabalho com cedo rigor. Daí a dar um salto para a riqueza vai certamente uma grande distância. Outros analistas, que se têm debruçado sobre o mesmo problema, indicam que as novas gerações criar-se-ão num ambiente em que a riqueza não é condenada, como acontece nas famílias católicas, e até mesmo é exaltada. Assim, aqueles que tiverem vocação empresarial sentir-se-ão à vontade para seguir aquele caminho.

A Roberto Campos parece que tais alvites deixam de levar em conta a experiência dos países que superaram o subdesenvolvimento, em nosso tempo, a exemplo dos Tigres Asiáticos. Segundo essa experiência, embora a educação seja um dado importante, o essencial, parece-lhe, consistiria na capacidade das políticas implementadas de impulsionar aqueles resultados. A nos louvamos da tortuosa experiência das nossas reformas, certamente que uma formulação política mais adequada em muito teria abreviado aquele caminho.

Preocupado sobretudo com o rigor da formulação conceitual, Roberto Campos contribuiu de modo notável para a constituição de uma elite culta, capaz de promover, como diz, a “**transição da era do fetichismo para a era da razão**”. E conclui com esta palavra alentadora: “Sobrevivi suficientemente neste século, que Paul Johnson apelidou de século **coletivista**, para ver minhas posições pró-mercado e anti-monopólio passarem de heresias impatrióticas a sabedoria convencional. Aqui, infelizmente, mais lentamente que no resto do mundo”.